



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO PARÁ

Continuação

parte da Receita Federal do Brasil para a certificação do montante devido, que poderá acarretar eventuais ajustes nos valores dos parcelamentos.
b) No exercício de 2010, a Companhia solicitou junto a Receita Federal do Brasil parcelamento ordinário dos tributos PASEP e COFINS vencidos no período de 11/2008 a 11/2010 no valor de R\$ 27.895.233,60 a serem pagos em 60 parcelas mensais e consecutivas.

NOTA 8 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.
Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2010	2009	2010	2009
Trabalhista e Cíveis	8.298.417,04	13.329.145,13	64.829.318,24	87.779.089,92
Depósito Recursal	2.433.028,78	4.167.724,52	0,00	0,00
Totais	10.731.445,82	17.496.869,65	64.829.318,24	87.779.089,92

- As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
- As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

NOTA 9 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS.

No exercício de 2010 a companhia efetuou reversão de provisões constituídas para questões trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 22.949.771,68 (R\$ 11.816.855.66 em 2009), levando em consideração as informações prestadas pela assessoria jurídica que classificou os riscos das ações judiciais existentes pelos critérios de probabilidade de êxitos (Possível, Provável ou Remoto), bem como ressarcimento de despesas tributárias no montante de R\$ 6.025.460,95. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 companhia obteve economia fiscal em razão da opção pelo parcelamento que trata a Lei 11.941/2009, gerando uma receita operacional não tributável no montante de R\$ 132.306.130,57.

NOTA 10 - CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL.

a) A composição dos créditos para aumento de capital é a seguinte:

Descrição	2010	2009
- Recursos do Tesouro Estadual	107.900.782,77	60.579.467,18
- Recursos do Tesouro Federal	80.593.035,85	165.260.934,59
- Recursos OGU	17.816.128,01	12.999.874,33
Saldo	206.309.946,63	238.840.276,10

b) Os recursos liberados pelo Tesouro Estadual e Tesouro Federal se destinam à ampliação e melhorias dos sistemas de distribuição e abastecimento de água e esgotamento sanitário e serão capitalizados por decisão da Assembléia Geral Ordinária na proporção das obras pertinentes aos Projetos a serem ativadas pela Companhia.
c) No exercício de 2010 os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Saldo em 31/12/2009	238.840.276,10
Recursos Recebidos no Exercício	167.469.670,53
Créditos Utilizados para Aumento de Capital (AGO)	(200.000.000,00)
Saldo em 31/12/2010	206.309.946,63

NOTA 11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO.

O imposto de renda e contribuição social diferido é calculado anualmente sobre a parcela da reserva de reavaliação realizada. Os impostos apurados são levados a créditos de lucros acumulados em função da inexistência de lucro real. No exercício de 2010 foi revertido contra lucros acumulados o montante de R\$ 1.250.808,85 (R\$ 1.252.193,66 em 2009).

NOTA 12 - PATRIMONIO LÍQUIDO.

a) Capital Social.

O capital social da companhia está composto de 1.568.092.000 ações (1.368.092.000 em 2009), sendo 1.474.447.811 ordinárias (1.274.447.811 em 2009) e 93.644.189 preferenciais (93.644.189 em 2009). Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas.
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 1.568.092,00 e sua composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Numero de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado do Pará	1.474.071.629	99,97	93.644.189	100,00	1.567.715.818	99,98
Demais Acionistas	376.182	0,03	0		376.182	0,02
Total	1.474.447.811	100,00	93.644.189	100,00	1.568.092.000	100,00

b) Reserva de Reavaliação

Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2010 foi realizado o montante de R\$ 2.430.728,86 (R\$ 2.428.040,71 em 2009).

NOTA 13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os métodos utilizados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

a) Disponibilidades:

Os valores de depósitos bancários livres e vinculados, divulgados no balanço patrimonial da Companhia, estão com seus valores de mercado.

b) Contas a Receber e Contas a Pagar

Os valores divulgados no balanço patrimonial para as contas a receber e contas a pagar, aproximam-se dos seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e ausência de atualizações monetárias sobre as parcelas vencidas de contas a receber.

c) Empréstimo em Moeda Estrangeira

O valor do empréstimo em moeda estrangeira está atualizado pala variação cambial ocorrida até o encerramento do exercício e não incluem encargos futuros em seu saldo.

d) Outras Contas

Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta apresenta diferença relevante entre os valores registrados e seus valores prováveis de realização. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa afetar significativamente os montantes registrados exceto os valores pertinentes ao parcelamento de impostos e contribuições instituídos pela Lei 11.941/2009, que até o encerramento do exercício não tinha sido consolidado pela Receita Federal do Brasil.

e) Risco de crédito

Grande parte da população do Estado do Pará é atendida pela Companhia. Considerando o ramo de atividade não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de negociações com os clientes.

NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos.

NOTA 15 - CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão não oneroso com 58 Municípios, para a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos Municípios em que opera e geralmente os contratos possuem prazo de 30 anos. Em algumas situações, o Município poderá rescindir o contrato de concessão antes do seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante a indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados.

NOTA 16 – SEGURO.

A companhia adota política de manutenção de seguros em níveis adequados para os riscos envolvidos.

NOTA 17 – SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

A companhia contratou a empresas Loudon Blomquist Auditores Independentes para a realização dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício social de 2010. O presente contrato tem um prazo de duração de doze meses, contados a partir de 29 d novembro de 2010. A auditoria independente não executou nenhum serviço fora do objeto do contrato.

DIRETORIA	
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA BRAGA Presidente	FERNANDO JOSÉ DA COSTA MARTINS Diretoria de Mercado
ENEDINA ALICE FERREIRA NAHUM Diretoria Financeira	ANTONIO CARLOS CRISÓSTOMO FERNANDES Diretoria de Operações
ROSA MARIA FERREIRA GONÇALVES PIRES Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística	ALFREDO AUGUSTO VIEIRA BARROS Diretoria de Tecnologia e Expansão
CONTADOR	
JOÃO SIMÕES DE CARVALHO NETO Contador - CRC-PA-011257/O-1	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA

Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, levantados em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis, bem como as demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.